

JOSEP FONTANA

# HISTÓRIA

*depois do fim da*

---

# HISTÓRIA



  
EDUSC

Editora da Universidade de São Carlos

**HISTÓRIA**  
*depois do fim da*  
**HISTÓRIA**



Editora da Universidade do Sagrado Coração

Coordenação Editorial  
Irmã Jacinta Turolo Garcia

Assessoria Administrativa  
Irmã Teresa Ana Sofiatti

Assessoria Comercial  
Irmã Áurea de Almeida Nascimento

Coordenação da Coleção Essência  
Luiz Eugênio Vécio

JOSEP FONTANA

**HISTÓRIA**  
*depois do fim da*  
**HISTÓRIA**

Tradução

Antonio Penalves Rocha

Revisão Técnica

Maria Aparecida de Aquino



*e s s ê n c i a*



Editora da Universidade do Sagrado Coração

Rua Irmã Arminda, 10-50  
CEP 17044-160 - Bauru - SP - Brasil  
Fone: (014) 235-7111 - Fax: (014) 234-4763  
e-mail: edusc@usc.br

*Copyright*© EDUSC - 1998

F756h

Fontana, Josep.

História depois do fim da História / Josep Fontana ; tradução Antonio Penalves Rocha. -- Bauru, SP: EDUSC, 1998.

40 p. ; 21.6 cm. -- (Coleção Essência)

ISBN 85-86259-40-3

Tradução de: La historia tras la crisis de 1989.

1. História Contemporânea. I. Título.  
II. Série.

CDD - 909.82

---

# APRESENTAÇÃO

---

O historiador espanhol Josep Fontana é internacionalmente conhecido e admirado por suas reflexões situadas, principalmente, no campo da Teoria da História.

Numa reunião de esforços, o Núcleo Regional de São Paulo da Associação Nacional de História (ANPUH/SP) juntou-se à Editora da Universidade do Sagrado Coração (EDUSC), na feliz tarefa de trazer o prof. Fontana para participar do XIV Encontro da ANPUH/SP e de lançamentos editoriais de seus textos, inexplicavelmente, pouco traduzidos no Brasil.

Josep Fontana proferiu a conferência de encerramento do XIV Encontro Regional de São Paulo da ANPUH (8 a 11 de setembro de 1998), organizado em torno da temática geral *Sujeito na História: Práticas e Representações*. Este texto que ora apresentamos, é resultado de suas reflexões especialmente elaboradas para a Conferência: “A evolução da História pós 1989: perspectivas”.

As Críticas do Prof. Fontana tomam por base o ano de 1989, quando, entre outros eventos, comemorou-se o bicentenário da Revolução Francesa, apresentando-se (re)leituras da mesma afastadas dos estudos consagrados na linhagem de fundamentação marxista. Na mesma direção, Josep Fontana procura recuperar uma reflexão colocada em desuso, durante algum tempo, quando bombásticas interpretações da contemporaneidade anunciaram a ausência de saídas socialmente viáveis, através dos males da “globalização” e do “fim da história”. Em tom de irônica denúncia, o autor esclarece as nem

---

sempre politicamente corretas ligações e os interesses que movem tais colocações. Suas considerações atingem, também, os trabalhos que atuam na linha da chamada desconstrução e da análise do discurso.

Entretanto, como historiador afinado com o seu tempo, o autor adverte para a necessidade de se utilizar o que de positivo essas linhagens interpretativas apresentam, sem cair no engodo fácil dos que pregam os fim dos tempos e a impossibilidade de saídas para os que vivenciam e/ou se preocupam com a situação de miserabilidade a que está confinada a maioria da população do globo.

É esse texto, a um só tempo erudito e de fácil compreensão, preocupado com a realidade européia e brasileira. que convidamos o leitor a acompanhar, sabedores que somos do interesse que fatalmente despertará entre todos aqueles que se interessam pelos rumos da História e pelo destino da humanidade neste conturbado fim de século.

*Maria Aparecida de Aquino*

*(Depto. de História - FFLCH/USP)*

*Secretária do Núcleo Regional de São Paulo da ANPUH*

# A HISTÓRIA APÓS A CRISE DE 1989

---

Há alguns anos, quem pretendia descrever o panorama da ciência histórica costumava fazer um mapa no qual, sobre o fundo cinza de um velho saber acadêmico fossilizado, sobressaíam três grandes correntes inovadoras: a historiografia de inspiração marxista (refiro-me, claro, ao marxismo chamado ‘ocidental’ e não ao catequista dos países do leste europeu), a escola francesa dos *Annales* e a nova história econômica norte-americana. Três visões que, como é bem sabido, correspondiam a três modos distintos de entender o presente sob um ponto de vista político e social.

A partir de 1989, este panorama mudou completamente. Por isso, podemos falar da “crise de 1989”, um ano em que coincidiram a derrubada dos regimes do chamado “socialismo real” do leste da Europa, o recrudescimento do assalto às interpretações de esquerda da Revolução francesa por ocasião do seu bicentenário, a publicação do artigo de Fukuyama sobre o fim da história e a do debate entre “velha e nova história” na *American Historical Review*<sup>1</sup>.

<sup>1</sup>1. O “forum” sobre The old history and the new, em que participaram Theodor Hamerow, Gertrude Himmelfarb, Lawrence W. Levine e Joan Wallach Scott, com um comentário final de J.E. Toews, apareceu em *American Historical Review*, 94, nº 3 (jun. 1989), pp. 654-698.



---

Isto não significa que o descrédito das velhas correntes dominantes tenha começado em 1989. Muito pelo contrário, sua decadência havia se iniciado muito antes, coincidindo com as grandes mudanças que acompanharam o abandono progressivo da “história social” em benefício da “história cultural”, com os avanços da sociologia histórica<sup>2</sup> e com a propagação do “giro lingüístico” na história.

A escola dos *Annales* teve uma função renovadora importante nos anos que se seguiram a Segunda Guerra Mundial. A viragem que Lucien Febvre havia realizado para facilitar a sobrevivência da revista nos tempos da ocupação alemã a preparou para entrar no mundo do pós-guerra como uma opção que tinha um prestígio progressista, mas que havia eliminado claramente as marcas do marxismo. Foi a partir do momento do seu acesso ao ‘poder’ na seção VI da *École Pratique des Hautes Études* que os homens dos *Annales*, dirigidos por Lucien Febvre, encontraram, desde 1947, um instrumento de projeção, nos cursos que contaram com a participação de Febvre, Labrousse, Braudel, Leroi-Gourhan, Lévi-Strauss, Raymond Aron, Barthes, Bourdieu, Derrida, Le Goff, Taton, Pierre Vilar... Ernest Labrousse, com seu propósito de combinar o estudo das estruturas e das conjunturas, e Fernand Braudel,

2. Sobre a evolução da história social e da sociologia histórica, vistas do ponto de vista de um historiador, Julián Casanova, *La historia social y los historiadores*, Barcelona, Crítica, 1991. A visão da sociologia em Craig Calhoun, “The rise and domestication of historical sociology”, em T.J. McDonald, ed., *The historic turn in the human sciences*, Ann Arbor, University of Michigan Press, 1996, pp. 305-337. Sobre o caso especial de Charles Tilly, autor tão prolífico como influente, A.L. Stinchcombe, “Tilly on the past as a sequence of futures”, no apêndice de Charles Tilly, *Roads from past to future*, Lanham, Rowman & Littlefield, 1997, pp. 387-409.

---

com seu modelo de encadeamento de ritmos temporais distintos, deram à escola a base teórica para o cultivo de uma história social adequada às demandas do momento, cujo efeito foi plenamente aceitável nos anos da guerra fria, durante os quais pôde ser vista como uma substituta do marxismo.

O deslocamento da história social para a cultural se iniciou muito cedo nos *Annales*, por volta de 1960, e veio acompanhada pela defenestração de Fernand Braudel efetuada pelos ‘jovens’, que publicaram, em 1974, um manifesto triunfalista, os três volumes do *Faire l’histoire* dirigidos por Pierre Nora - «mais um inventário eclético do realizado, destinado a um público geral, que uma proposta para o futuro», dirá Revel - e se lançaram desde então pelos caminhos de um ecletismo sem regras que adotou o nome de *nouvelle histoire*, caracterizada por François Dosse como uma «história em migalhas»: uma nova história que enfatizava o cultural, com uma considerável influência da antropologia, e que parecia ter como signo de identidade o descobrimento do terreno ambíguo das «mentalidades»<sup>3</sup>.

3. Jacques Revel et Nathan Wachtel, ed., *Une école pour les sciences sociales. De la VIe. section à l’Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales*, Paris, Cerf, 1996 (citação literal da p.63). Braudel y Labrousse dirigiram conjuntamente a *Histoire économique et sociale de la France* que modelou a visão global da metodologia dos *Annales* neste momento. Sobre a evolução posterior, Pierre Nora, ed., *Faire l’histoire*, Paris, Gallimard, 1974, 3 vol.; Jacques Le Goff et al., ed., *La nouvelle histoire*, Paris, Retz, 1978; Hervé Coutau-Bégarie, *Le phénomène ‘nouvelle histoire’*, Paris, Economica, 1983; François Dosse, *L’histoire en miettes: des ‘Annales’ a la ‘nouvelle histoire’*, Paris, La Découverte, 1987. Para uma análise ponderada das ambigüidades da história das mentalidades, Peter Burke, “Strengths and weaknesses of the history of mentalités”, em *Varieties of cultural history*, Cambridge, Polity Press, 1997, pp. 162-182.

A partir dos fins dos anos oitenta, quando a esterilidade da *nouvelle histoire* já era visível, uma nova geração começou a procurar novos enfoques metodológicos. Ocorreu então aquilo que foi chamado pela própria revista de *tournant critique*, que deu lugar, na verdade, a um aumento ainda maior da fragmentação e da dispersão. Dez anos depois de ter publicado sua obra sobre “a história em migalhas”, o novo livro de François Dosse sobre as “ciências humanas”<sup>4</sup> nos mostra o panorama de uma história que se dispersa nas mais diversas tendências: uma nova história social que recupera Weber e a subjetividade com Gérard Noiriel<sup>5</sup>; outra ‘nova história social’ que tem pouco a ver com esta, como a de Bernard Lepetit, que, após criticar o “positivismo embolorado” da etapa labrousiano-braudeliana dos *Annales* e a vacuidade do “relativismo de relâmpago” da *nouvelle histoire*, oferece em seu lugar algumas elocubrações epistemológico-sociológicas que têm pouco a ver com o trabalho normal dos historiadores e que são formuladas num jargão insuportável<sup>6</sup>; a ‘nova história polí-

4. François Dosse, *L'empire du sens. L'humanisation des sciences humaines*, Paris, La Découverte, 1997. É claro que o livro se refere quase exclusivamente à França, mas é que esta mistura da França com o mundo é uma doença que a cultura francesa não perde nem nestes momentos de marginalidade.

5. Essa desmitificação dos *Annales* vai desde a denúncia da mentira que apresentava os pais fundadores da revista como inconformistas à margem das regras do jogo acadêmico até a demonstração da inconsistência do *tournant critique* (Gérard Noiriel, *Sur la 'crise' de l'histoire*. Paris, Belin, 1996).

6. Bernard Lepetit, ed., *Les formes de l'expérience. Un autre histoire sociale*, Paris, Albin Michel, 1995. A citação é retirada do indigesto “manifesto” inicial “Histoire des pratiques, pratique de l'histoire”, pp. 9-22. Para uma versão mais breve, e numa linguagem mais acessível, pode ser visto Bernard Lepetit, “La société comme un tout”, em Carlos Barros, ed., *Historia a debate*, Santiago de Compostela, 1995, I, pp. 147-158.

---

tica' do Institut d'histoire du temps présent; a história narrativa inspirada na obra filosófica de Ricoeur; a apropriação dos métodos da etnometodologia; a passagem da história das mentalidades à das representações; a 'pluralização das temporalidades'... É verdade que não se trata de escolas, mas sim de tendências que se superpõem em muitas ocasiões, mas o resultado final desta nova etapa de mudança parece ser, hoje em dia, o predomínio da especulação filosófica e sociológica, que dá lugar a numerosas publicações de teoria, mas a nenhuma grande obra de investigação histórica que possa ser tomada como modelo, como sucedeu, nesse passado que Lepetit qualifica como de "positivismo embolorado", com as obras de Labrousse, Braudel, Vilar ou Duby.

Quanto aos cultivadores da chamada *new economic history* - os "cliometras", como se autodenominam - estava claro nos anos oitenta que não haviam atendido às esperanças que suscitaram os trabalhos iniciais de Conrad e Meyer, e de Fogel. Muito do que fizeram desde então não passava de um jogo de modelos pouco significativos, usando dados de segunda mão: "uma história de gabinete", como escreveu Emiliano Fernández de Pinedo<sup>7</sup>, que evita tanto o arquivo quanto a confrontação com a realidade. Operando com modelos simplistas, esqueceram-se de que, como disse Robert Solow, "a validade de um modelo econômico pode depender do contexto social", e que quando se prescinde desta consideração se chega a um ponto em que "um pouco de

7. E. Fernández de Pinedo, "La historia económica ¿un filón que se agota?" em J.M.Sánchez Nistal et al., *Problemas actuales de la historia*, Salamanca, Universidad, 1993, pp. 69-82.

---

habilidade e de persistência pode levar ao resultado desejado”. “Penso - acrescenta Solow - que isto explica por que tão poucos econométristas se viram forçados pelos fatos a abandonar uma crença firmemente mantida. Sabe-se que alguns favorecidos pela fortuna conseguiram escrever montões de artigos empíricos sem que nem uma só vez tenham se sentido obrigados a citar um resultado que contradissesse seus juízos previamente concebidos”<sup>8</sup>. Isto se aplica perfeitamente aos cliometras, como sabe quem quer que já tenha discutido, apresentando evidências do mundo real, com alguém que esteja convencido da bondade do seu modelo.

Os próprios economistas criticaram a limitação dos aportes da cliometria, sua falta de criatividade que a fez “aceitar os modelos desenhados pelos economistas dos fins do século vinte para aplicá-los sem nenhuma crítica aos dados de outros lugares e outros tempos”<sup>9</sup>. Os cliometras não se deram conta de que o que tinham nas mãos era uma caixa de ferramentas metodológicas e não um corpo de teoria, e isto fez com que fossem marginalizados pelos economistas, que deram pouco valor ao que havia sido feito, e ignorados não só pelos historiadores “*tout court*” mas também pelo públi-

8. Robert E. Solow, “Economics: is something missing?”, em William N. Parker, ed., *Economic history and the modern economist*, Oxford, Blackwell, 1987, pp. 21-29.

9. Robert M. Solow, “How did economics get that way and what way did it get?”, em Thomas Bender and Carl E. Schorske, ed., *American academic culture in transformation*, Princeton, Princeton University Press, 1998, pp. 57-76 (citação da p.72).

---

co em geral, que demonstrou não apreciar muito seus livros<sup>10</sup>.

No que se refere ao marxismo, folga dizer que o catequista da União Soviética e da Europa oriental soçobrou com os regimes que servia, e que as correntes ocidentais mais próximas a ele sofreram grave quebra, como sucedeu com o estruturalismo marxista à francesa, com seu emprego petrificado e fossilizador dos conceitos marxianos (com freqüência da simples terminologia, e nem sempre bem entendida)<sup>11</sup>. Não se trata de desmontar novamente a máquina do althusserismo - o último Althusser já fez bastante para isso - mas de comprovar quão pouco foi deixado por ele e quão ambígua é sua herança (como explicar que um Bernard-Henri Lévy reivindica Althusser como o seu único mestre?).

Sobreviveu à crise o setor mais vivo do chamado «marxismo ocidental», o que tinha como modelos homens do porte de Eric Hobsbawm, Christopher Hill ou E.P. Thompson<sup>12</sup>, enquanto al-

10. Sobre estas questões há uma amplíssima bibliografia, como W.N.Parker, ed., *Economic history and the modern economist*, Oxford, Blackwell, 1986; D.C.Coleman, *History and the economic past*, Oxford, Clarendon Press, 1987; Alexander J.Field, ed, *The future of economic history*, Kluwer-Nijhoff, 1987; Alon Kadish, *Historians, economists and economic history*, Londres, Routledge, 1989; Ch.P.Kindleberger: *Historical economics. Art or science?*, Berkeley, University of California Press, 1990; Donald N.McCloskey, *If you're so smart: The narrative of economic expertise*, Chicago, University of Chicago Press, 1991, etc.

11. Derek Sayer, *The violence of abstraction. The analytic foundations of historical materialism*, Oxford, Blackwell, 1989, pp. 126-149.

12. Com grande desgosto de Gertrude Himmelfarb, que em «The 'group': British marxist historians», em *The new history and the old* (Cambridge, Mass., Belknap Press, 1987, pp. 70-93) denunciava o fato de que estes «marxistas», embora tivessem deixado na sua maior parte o partido comunista depois de 1956, não haviam participado de atos de arrependimento como muitos dos seus colegas franceses, o que fazia com que continuassem sob suspeita.

---

guns dos seus cultivadores experimentaram caminhos novos, sem abdicar dos seus princípios progressistas, como o grupo da *History workshop* del Ruskin College de Oxford reunido em torno de Raphael Samuel, ou o da *Alltagsgeschichte* ou “história do cotidiano” alemã<sup>13</sup>, enquanto outras experiências, como a da *microstoria* italiana, se prestavam a derivações mais ambíguas<sup>14</sup>.

Mas, tampouco no caso do marxismo, e de outras formulações progressistas que se tornavam incômodas para o sistema estabelecido, pode se dizer que a quebra tenha sido conseqüência da crise de 1989. As campanhas de desprestígio e os ataques sistemáticos que atingiram os suspeitos de esquerdismo depois da “queda do muro” nada mais foram que o final de uma longa ação repressiva, que pode muito bem ser ilustrada, sem generalizar demasiadamente, com o que ocorreu nos Estados Unidos.

A luta na América do Norte contra tudo que pudesse parecer progressista tinha um anteceden-

13. Raphael Samuel, ed., *Historia popular y teoría socialista*, Barcelona, Crítica, 1984; Alf Lüdtke, ed., *Histoire du quotidien*, Paris, Maison des Sciences de l’Homme, 1994.

14. Sobre a *microstoria* ver Edward Muir and Guido Ruggiero, *Microhistory and the lost peoples of Europe*, Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1991 y Florike Egmond and Peter Mason, *The mammoth and the mouse. Microhistory and morphology*, Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1997. Nela se mesclam aqueles que fazem da narração do singular o objetivo final (alguns artigos do *Quaderni storici* não passam de notas de erudição irrelevante, revestidas de uma falsa legitimação teórica) com os que empregam a microanálise para iluminar uma realidade mais ampla, o que é perfeitamente legítimo, mas não tem nada de novo. Ginzburg se lançou, ademais, em especulações com escasso fundamento nos seus escritos sobre bruxaria.

---

te famoso no *monkey trial* de 1925, quando Johnny Scopes, um professor do Tennessee que se atreveu a desafiar a proibição de ensinar o evolucionismo, foi processado em Dayton, num julgamento sobre ciência e religião que se converteu num grande espetáculo, acompanhado de atrações de feira e de pregadores de uma centena de seitas distintas<sup>15</sup>. A sentença do caso Scopes pode parecer uma vitória da ciência, mas a lei que proibia ensinar a evolução foi mantida no estado do Tennessee até 1967, e continua existindo na atualidade, quando inclusive o Vaticano aceitou Darwin, um movimento que tenta conseguir que nas universidades norte-americanas o evolucionismo e o criacionismo sejam ensinados em pé de igualdade, como duas opções científicas igualmente admissíveis.

Mas, está claro que não se tratava tão-somente de ciência, mas também, e muito especialmente, de história. Nos anos trinta, os livros de texto de história que não manifestassem um patriotismo conservador eram denunciados, proibidos ou queimados<sup>16</sup>. Como declaravam as ‘Daughters of the Colonial Wars’, era intolerável que se tratasse “de dar à criança um ponto de vista objetivo, em lugar de ensinar o americanismo real. Todos os velhos livros de história ensinavam sobre ‘meu país, com razão ou sem

15. Edward J. Larson, *Summer for the gods. The Scopes trial and America's continuing debate over science and religion*, New York, Basic Books, 1997.

16. A história oficial se baseava nas “doutrinas do excepcionalismo norte-americano e do Destino Manifesto, e no mito da conquista triunfante do oeste” e “omitia qualquer menção à raça, escravidão, conquista dos povos nativos e opressão sobre muitos grupos marginalizados, incluindo as mulheres”, Gerda Lerner, *Why history matters*, New York, Oxford University Press, 1997, pp.202-203.



---

ela'. Este é o ponto de vista que queremos que nossos filhos adotem. Não podemos permitir que aprendam a ser objetivos e que eles mesmos formem suas próprias opiniões". No começo dos anos quarenta, a National Association of Manufacturers tinha 6.840 'sentinelas' locais, dedicadas a manter a integridade do ensino sobre o perigo representado pela 'ascensão do coletivismo'<sup>17</sup>.

Tudo isso se empalidece diante do que aconteceu durante os anos da "guerra fria", quando houve por todo o país cruzadas locais contra os livros de texto subversivos: um informe das 'Daughters of the American Revolution' denunciou 170 livros como subversivos (para dar um exemplo do que pretendiam combater: a afirmação de que a democracia é "a forma de governo em que o poder soberano está nas mãos do povo coletivamente" foi denunciada como pró-comunista)<sup>18</sup>.

O mesmo aconteceu nas universidades, embora com outros métodos, que substituíram a censura pela corrupção. A liberação de documentos oficiais permitiu descobrir nos últimos anos até que ponto a evolução das ciências sociais nos Estados Unidos, durante a etapa da guerra fria, esteve condicionada ao financiamento do Departamento de Defesa, da CIA e de algumas fundações conservadoras, de modo que se pôde chegar a dizer que "ao contrário do que se pensa habitualmente, a 'ofensiva ideológica' foi, a partir de 1945, pelo menos tão importante para a estraté-

17. Gary B.Nash, Charlotte Crabtree and Rose E.Dunn, *History on trial. Culture wars and the teaching of the past*, New York, Alfred A. Knopf, 1997, pp. 44-45.

18. *Ibid.*, pp. 69-70.

---

gia da segurança dos Estados Unidos quanto a bomba atômica”<sup>19</sup>.

Nos centros de estudos financiados por estas instituições, como o CENIS do prestigioso Massachusetts Institute of Technology, homens como Clifford Geertz trabalhavam ao lado de ‘falcões’ como Walt Rostow - que dava ao mesmo tempo aulas sobre os fundamentos da contra-insurgência na escola de guerra do exército norte-americano em Fort Bragg - ou de homens que podem ser qualificados de ‘terroristas profissionais’ como Lucien Pye, que seria um dos inspiradores de algumas das piores amostras da doutrina legitimadora das ações de contra-insurgência, e concretamente do inútil e sangrento disparate que foi a eliminação do regime neutro de Sukarno na Indonésia, à custa de meio milhão de mortos<sup>20</sup>.

Depois de 1989, a demolição dos regimes do leste europeu não só significou o fim desta guerra de idéias, mas pareceu o momento adequado para fundamentar um novo e duradouro consenso que devia deixar firmemente assentada a convicção de que toda tentativa de subverter a ordem estabelecida era inútil, que toda revolução - fosse a francesa de duzentos anos atrás ou a soviética de 1917 - acabava conver-

19. Christopher Simpson em Christopher Simpson, ed., *Universities and empire. The Cold war and the production of knowledge*, New York, The New Press, 1998, p. XVII.

20. Irene Gendzier, “Pay it again Sam: the practice and apology of development” em Simpson, *Universities and empire*, pp. 57-95. Sobre o erro da Indonésia, Audrey R. and G. Mct. Kahin, *Subversion as foreign policy. The secret Eisenhower and Dulles debacle in Indonesia*, Seattle, University of Washington Press, 1995. Sobre estas questões, mas em geral, ver Noam Chomsky et al., *The Cold war and the university: Towards an intellectual history of the postwar years*, New York, The New Press, 1997 y *Radical History Review*, nº 63 (1995).

---

tendo-se num fracasso sangrento<sup>21</sup>.

A campanha norte-americana de rearmamento ideológico tinha agora grandes fundações conservadoras como protagonistas destacados, como a Fundação John M. Olin, que financia institutos e programas «destinados a reforçar as instituições econômicas, políticas e culturais sobre as quais se sustenta a empresa privada» e que, em 1988, por exemplo, destinou para estes fins um orçamento de 55 milhões de dólares. A lista dos seus beneficiários, como se disse, parecia um diretório da direita acadêmica, com nomes como Allan Bloom, o autor do *The closing of the American mind*, como François Furet, financiado por seu trabalho demolidor da Revolução francesa, ou como Irving Kristol, que, tendo evoluído de uma pobre juventude trotskista a uma rentável maturidade de direita dura (a fundação lhe proporcionava 376.000 dólares anuais), passou depois a publicar “The National Interest”, financiado com um milhão de dólares pelo mesmo

21. Não me ocuparei com a ofensiva revisionista na historiografia da Revolução francesa, porque é um tema demasiadamente complexo. Não surpreende encontrar como chefe da frente de combate contra a chamada interpretação “jacobino-marxista”, François Furet, ex-comunista convertido em anticomunista profissional, que seria proclamado como autoridade suprema, com capacidade para expedir certificados de admissão no paraíso da ciência ou de expulsar dele os indignos, numa matéria que nunca havia estudado nos arquivos, mas somente em livros. O furor revisionista que chegou ao seu ponto mais alto em 1989 parece que está começando a abrandar. Em fevereiro de 1997 Gwynne Lewis sustentava que nos achamos já na era do “pós-revisionismo”, em que, em lugar de descartar por razões ideológicas a versão socialista dos Jaurès, Lefebvre ou Soboul, é preciso começar a analisá-la. Gwynne Lewis, ‘Why Philippe Egalité died on the scaffold’, en *Times Literary Supplement*, 20/02/1997, p. 30).

---

patrocinador (e relacionada com Kristol, participando da mesma empresa familiar, deve ser citada, logicamente, uma notória defensora do conservadorismo, a sua esposa Gertrud Himmelfarb)<sup>22</sup>.

Pode se ter uma boa idéia da eficácia do trabalho destas equipes por meio do êxito que obtiveram em algo tão trivial como as especulações, certamente nada novas, de Francis Fukuyama sobre o “fim da história”. Para difundir o ‘novo paradigma’, a fundação Olin idealizou uma estratégia que alcançou êxito total. Em 1988, Allan Bloom convidou Fukuyama para expor suas idéias no centro Olin de Chicago, dirigida por ele mesmo. Saiu daí um artigo, «The end of history?», publicado no verão de 1989 no “The National Interest”, «sua» revista, na qual apareceram depois réplicas escritas por Allan Bloom, Irving Kristol e Samuel Huntington, os três da folha de pagamentos da Olin. Quando terminou esta «discussão», e se fez crer que houve um debate pluralista, o tema foi posto à venda para a imprensa de Nova York e se preparou o caminho para a publicação, em 1992, de um livro que serviu para tornar moda as idéias elaboradas por Fukuyama, difundindo-as mundialmente<sup>23</sup>.

Logo se viu, contudo, que a mercadoria posta

22. Jon Wiener, «Dollars for Neocon Scholars. The Olin money tree» em *The Nation*, 01/01/1990, pp. 12-14. Theodore Draper, «An anti-intellectual intellectual», em *New York review of books*, 2/11/1995, pp. 29-34. Sobre as idéias de Himmelfarb ver *The old history and the new*, citado acima.

23 Francis Fukuyama, *The end of history and the last man*, Londres, Hamish Hamilton, 1992 (com edição paralela nos Estados Unidos por The Free Press). A surpresa de alguns críticos como John Dunn, que se perguntava no *Times literary supplement* (24/04/1993, p.6) : “Por que uma obra de tão evidente mediocridade obteve tanta atenção pública?” podia ser justificada. Não a estava, por outro lado, sua segunda pergunta: “Por que um editor pôde empregar tanta energia e capital para lançar um livro tão pueril e de tão escasso interesse?”, já que isto era óbvio.

---

em circulação por Fukuyama saía rapidamente de moda, porque, entre outras razões, contra suas previsões, os conflitos e os enfrentamentos continuavam presentes num mundo em que não estava claro que a história havia acabado<sup>24</sup>. Era preciso procurar novas teorias e pôr em marcha um novo paradigma conservador mais duradouro. Foi encarregado de fazê-lo Samuel Huntington, um velho teórico da guerra do Vietnã, que lecionava na Universidade de Harvard (onde dirige, precisamente, o Instituto John M. Olin de Estudos Estratégicos). O lançamento foi feito com a mesma técnica que havia sido empregada no lançamento do texto de Fukuyama.

Huntington publicou, em 1993, um artigo intitulado «The Clash of Civilizations?»<sup>25</sup>, no qual partia da comprovação de que a tese de Fukuyama estava equivocada - “a história não acabou; o mun-

24. Christopher Hill escreveu em “Premature obsequies”, *History today*, 04/1991, que «‘A morte do marxismo, bem como ‘o fim da ideologia’ e ‘o fim da história’ procedem das ilusões dos acadêmicos que crêem que sua sociedade há de ser eterna porque isto lhes é cômodo. Mas, talvez os habitantes do terceiro mundo não estejam seguros de que a história acabou”. Fukuyama cometeu posteriormente um deslize no seu último livro, *The end of order*, Londres, The Social Market Foundation, 1997, ao sustentar que as sociedades ocidentais estão sofrendo uma grave ruptura em consequência da decadência do matrimônio e da família tradicional, atacando, por isto mesmo, a pílula anticoncepcional e o trabalho das mulheres, o que parece que não vai torná-lo muito popular.

25. Em *Foreign Affairs*, 72 (1993), nº 3, pp. 22-49. Os comentários ao artigo apareceram na mesma revista, no nº 4 do mesmo ano, e a réplica de Huntington, “If not civilizations, what? Paradigms of the post-cold war world” no nº 5 de 1993, pp. 186-194. O livro correspondente, *The clash of civilizations and the remaking of the world order*, foi publicado em 1996.

---

do não se unificou” -, e colocava em circulação um novo “paradigma do mundo depois da guerra fria”, afirmando que com o fim desta confrontação havia desaparecido a divisão do planeta em três mundos. Os conflitos mundiais já não se definem mais em termos de diferenças ideológicas, nem tampouco são de natureza econômica. O que agora agrupa as coletividades humanas e as põe em confronto são razões culturais. Os protagonistas continuam sendo, aparentemente, os estados-nacionais, por meio dos quais se expressam os conflitos, mas “o choque entre civilizações dominará a política global”. Algumas civilizações são definidas sobretudo em termos religiosos. Ou, melhor dizendo, mal definidas, porque os erros que Huntington comete neste terreno são espetaculares e deveriam bastar para desacreditá-lo desde o primeiro momento.

A montagem do “estratego” Huntington destinava-se a definir uma nova ameaça mundial, um novo «império do mal» que pudesse ser visto como o inimigo da civilização e que permitisse suscitar consenso e superar as divisões internas da sociedade «ocidental». Para isso, idealizou uma fantasmagórica «aliança islâmico-confucionista», que o obrigava a pôr todos os muçulmanos (xiitas, sunitas, etc.) no mesmo saco e a separar, por outro lado, os japoneses bons dos chineses confucionistas malvados, contra todas as evidências da história e da cultura.

Uma vez identificado o inimigo, o estrategista propunha um plano de luta que implicava, antes de tudo, atrair os membros das outras civilizações para “ocidentalizá-los”. Um dos poucos fragmentos divertidos do artigo inicial é aquele em que relata como descobriu, durante uma conversa com o ex-presidente mexicano Carlos Salinas de Gortari, que aquilo que

---

este tratava de fazer era «transformar o México de um país latino-americano - isto é de uma civilização inferior - num país norte-americano» (que, digo eu, tendo em vista a herança política de Salinas, este devia transformá-lo de acordo com a variante civilizadora norte-americana Al Capone).

A análise de Huntington tem como fundamento uma interpretação histórica elementar. Durante um século e meio, nos diz, desde a paz de Westfalia até a Revolução francesa, os conflitos globais eram entre príncipes soberanos; de 1789 à Primeira Guerra Mundial passaram a se enfrentar os estados-nacionais; da Primeira Guerra Mundial até hoje foram os conflitos de ideologias (comunismo e fascismo contra “democracia liberal”), que Huntington qualifica de “guerras civis ocidentais”, que deixaram o terceiro mundo à margem. Agora entramos numa nova fase em que os protagonistas são “ocidente e os demais” (isto é, as civilizações não-ocidentais) e as linhas de conflito são estabelecidas em termos religioso-culturais de confrontação de civilizações.

Talvez Huntington tenha tido menos recompensa imediata que Fukuyama. Seus comentaristas criticaram seus erros e houve quem, como Robert L. Bartley, do “The Wall Street Journal”, dissesse que ele tinha muito pouca preocupação com o que fizeram os chineses e muçulmanos, já que estava convencido de que o curso da história era definido pelo “Ocidente, sobretudo os Estados Unidos e sobretudo as elites que lêem este periódico”. No entanto, estava em sintonia com algumas tendências históricas a que me referirei em seguida, e oferecia aos setores conservadores da sociedade norte-americana o inimigo que lhes permitia legitimar sua política mundial como uma necessidade de sua defesa, e da defesa da “civiliza-

ção”, como pôde se ver na “guerra do Golfo”. Em 1995, por exemplo, Howard Bloom proclamou que os Estados Unidos estavam ameaçados no seu papel de campeão da civilização pelos novos bárbaros: africanos, latino-americanos e, sobretudo, muçulmanos (o que não deixa de ser paradoxal, se levarmos em conta o apoio que os Estados Unidos dão aos fundamentalistas muçulmanos do Afeganistão)<sup>26</sup>.

Por mais assombroso que pareça, montagens triviais como essas, que não resistem à mais elementar análise crítica<sup>27</sup>, podem ter uma influência intelectual perniciosa em tempos de desordem. As teses de Huntington foram discutidas seriamente e tiveram efeitos insuspeitáveis: há pouco tempo uma amiga me dizia que tinha falado com um antropólogo latino-americano de formação progressista, e que o encontrara profundamente interessado nas teorias de Huntington.

No campo da história, contudo, Huntington não representava nada de novo; apenas cerrava fileira com uma série de correntes que pretendiam criar novos esquemas interpretativos globais, com pretensão de substituir os que apareciam com algumas marcas de contágio do marxismo. Isto conduziu ao aparecimento de uma série de interpretações globalizadoras, que vão desde morfologias elementares, pretendendo pouco mais que recuperar Spengler e Toynbee, até formulações que, sem rom-

26. Howard Bloom, *The Lucifer principle: a scientific expedition into the forces of history*, New York, Atlantic Monthly Press, 1995; ver a crítica de Roy Porter em *Rethinking history*, 2 (1998), nº 2, pp. 283-284.

27. Fiz uma análise mais detalhada em “Samuel Huntington, el conflicte de civilitzacions i la fàbrica Olin de teoria conservadora” em Marc Dueñas, ed., *Xoc de civilitzacions. A l’entorn de S.P. Huntington i el debat sobre el nou escenari internacional*, Barcelona, Proa, 1997, pp. 163-171.



---

per abertamente com o marxismo, atenuam seus riscos, passando por sociologias históricas que se esforçam sobretudo para recuperar Max Weber.

No caso extremo das morfologias teríamos o grupo de sociólogos e politólogos «civilizacionistas», como eles mesmos se chamam, que invocam por seus nomes Spengler e Toynbee, e que não parecem ter outra preocupação que a de construir grandes esquemas históricos para interpretar o passado e fazer previsões para o futuro, sem se dedicar à investigação da realidade<sup>28</sup>.

Não muito distante dos “civilizacionistas” está o grupo da *world history*, que nos oferece visões dos “processos históricos a longo termo” - e até “a muito longo termo” - dentro do qual dominam e teorizam alguns sociólogos que invocam Norbert Elias como mestre, e que tratam de estender o alcance da sua análise do processo de civilização para explicar toda a história mundial, fazendo também referências explícitas a Spencer, a Tylor e, principalmente, a Max Weber. A proposta que apresentam de “conceber o passado humano não em termos de datas e indivíduos, mas em termos de estágios ou fases impessoais” - combinando a “cronologia” com uma “faseologia” de origem sociológica - parece, entretanto, levar apenas e tão-somente a elucubrações de escassa utilidade<sup>29</sup>.

Mais sério é o projeto da *global history*, desen-

28. Stephen K. Sanderson, ed.: *Civilizations and world systems*, Walnut Creek, Altamira, 1995. O grupo está associado à International Society for the Comparative Study of Civilizations, que publica a *Comparative Civilizations Review* como seu órgão de expressão. No volume que utilizo não só são abundantes as citações de Spengler e Toynbee, como também David Wilkinson, professor de Ciência política na UCLA, que se dedica a refazer o esquema de Toynbee com a lista das catorze civilizações da história que se encerra no nosso tempo com “uma única civilização global”(pp. 46-74).

29. Johan Goudsblom, Eric Jones and Stephen Mennell, *The course of human history. Economic growth, social process and civilization*, Armonk, M.E. Sharpe, 1996.

volvido por historiadores que partem da idéia de que vivemos hoje o ponto culminante de um tempo de unificação planetária. O que eles estudam não é, contudo, o processo de “modernização” que o ocidente impôs ao resto do mundo e que serviu de justificação para o imperialismo, mas o de “globalização”, entendido como “o processo global pelo qual numerosos participantes estão criando uma nova civilização”. Os globalizadores recusam explicitamente interpretações como a de Huntington sobre o choque entre civilizações, assim como qualquer outra que sustente a idéia de que há diferenças substanciais entre “nós e os outros” e proclamam que “os ‘bárbaros’, isto é os povos inferiores, não mais figuram na história global; somente povos menos desenvolvidos no momento”<sup>30</sup>. Ainda que os trabalhos do grupo, que se referem na sua maior parte à segunda metade do século XX, sejam em geral interessantes, não está nem um pouco claro que esta ótica, saída dos anos felizes do “desenvolvimentismo” - a visão dos povos que estão em pontos diversos da escala universal do “desenvolvimento” e que convergem para um mesmo nível -, torne-se a adequada para interpretar um tempo que nos mostra o contrário, uma discrepância crescente dos níveis de riqueza e bem-estar, diante da qual fenômenos como o da

30. Retirei os conceitos dos artigos programáticos de Bruce Mazlish e em especial do “Comparing global history to world history” em *Journal of interdisciplinary history*, XXVIII (1998), nº 3, pp. 385-395. A série “Global history” publicou até agora estes três volumes: Bruce Mazlish and Ralph Buultjens, ed., *Conceptualizing global history*, Boulder, Westview Press, 1993; Wang Gungwu, ed., *Global history and migrations* e Robert P. Clark, *The global imperative. An interpretive history of the spread of Humankind*, ambos publicados em Boulder, Westview Press, 1997.

---

‘globalização da música’, para dar um dos exemplos que estudam, podem não ser demasiadamente significativos.

Nem todas as tentativas de construir visões globais alternativas têm sido desta natureza, ou da alegre superficialidade das de um Jared Diamond (*Guns, germs, and steel*), mas há as mais sérias e conseqüentes. Desde as estimulantes, ainda que um tanto simplistas, de William McNeill (*The rise of the West, Plagues and peoples, The pursuit of power.*), ou das muitas que quiseram explicar o crescimento econômico a longo prazo e em escala universal (como as de Eric Jones, *The European miracle, Growth recurring*, de John P. Powelson, *Centuries of economic endeavour*, ou a recente obra de Landes, *The wealth and poverty of nations*), até as que se situam nas fronteiras do marxismo, como de Immanuel Wallerstein e seu “sistema mundial” - *The modern world system*, que poderíamos situar dentro das visões “circulacionistas”, como a de Sweezy, que se opuseram no seu tempo àqueles que, como Dobb, interpretavam a evolução histórica em termos de lutas de classes - ou como a de Perry Anderson (*Passages from antiquity to feudalism, Lineages of the absolutist state*), que cai dentro do estruturalismo marxista.

Entretanto, a grande mudança que se produziu na ciência histórica nestas últimas décadas não responde a esta fabricação de visões globais alternativas, mas, muito ao contrário, ao que se denomina, em linhas gerais, a viragem da pós-modernidade, que implica a negação de todo tipo de visões globais, com a renúncia daquilo que Jean-François Lyotard denominou «metanarrativas»<sup>31</sup>, a recusa das periodizações e

das interpretações globais, a substituição do *grand récit* da História em maiúscula pelo *petit récit* das histórias em minúscula e o das afirmações sobre a realidade por meio de metáforas.

Alguns acreditaram ter encontrado uma resposta fácil e elementar para o problema com o abandono de toda pretensão analítica e a volta da narrativa, que viam como uma forma expositiva neutra, sem cargas ideológicas - entendendo por “ideologia” o que pensam os “outros”, nunca as idéias implícitas na sua própria obra -, ou como um modo de recuperar a unidade de uma história desconjuntada pela fragmentação dos especialistas<sup>32</sup>. Esta visão ‘inocente’ foi, contudo, desmontada por Hayden White, ao assinalar que a narração não é tão somente uma forma, mas implica um conteúdo, já que escolhe deliberadamente o que considera que é significativo e vale a pena recordar, isto freqüentemente implica uma identificação da realidade com o sistema social vigente<sup>33</sup>.

À primeira vista, por exemplo, pode parecer ino-

31. Jean-François Lyotard, *La condition postmoderne*, Paris, Seuil, 1979.

32. Para alguns historiadores tradicionais, como Elton, o problema se reduzia ao fato de que «os historiadores gostam que seus textos sejam lidos» e isso só pode ser conseguido com uma narração interessante. (Robert W. Fogel and G.R. Elton, *Which road to the past? Two views of history*, New Haven, Yale University Press, 1983, p. 107). Talvez isto explique um livro como *Dead Certainties (Unwarranted speculations)* (New York, A. Knopf, 1991) de Simon Schama, que mescla gratuitamente a realidade com a ficção para contar-nos histórias anedóticas e irrelevantes, que surpreendem por vir de quem havia criticado alguns ‘microhistoriadores’ pela «pigmeização» dos seus trabalhos..

33. Hayden White, *Metahistory*, Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1973 y *The content of the form. Narrative discourse and historical representation*, Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1990. De forma muito mais confusa diz o mesmo um livro que White elogia, Sande Cohen, *Historical culture. On the recoding of an academic discipline*, Berkeley, University of California Press, 1988.

cente uma proposta como a de Gertrud Himmelfarb de escrever «uma história feita de grandeza e miséria, de heroísmo e maldade, de acontecimentos protagonizados por homens e mulheres extraordinários mais que por forças sociais impessoais»<sup>34</sup>. Tão inocente como a que figurava no início do manual oficial de história que o franquismo impôs à Espanha em 1939, e que dizia: “A história é como um conto maravilhoso, mas um conto em que tudo é verdade, em que são verdadeiros os fatos grandiosos, heróicos e emocionantes que refere... Pela história se sabe o que ocorreu em cada país e como foram seus reis, seus governantes e seus personagens mais ilustres... A História nos fala, enfim, de todos aqueles que fizeram na sua vida algo notável e importante”<sup>35</sup>. O mal é que sabemos que esse texto serviu para legitimar os fuzilamentos dos professores republicanos que se atreveram a sustentar que todos fazem a história, e em especial o povo, e o que deve ser ensinado às crianças não são as guerras mas as conquistas que os homens alcançam por meio da solidariedade.

O “giro lingüístico” e a absorção pela história de uma série de métodos de análise do discurso que têm sua origem no campo dos estudos literários<sup>36</sup> não são fenômenos que possamos considerar em separa-

34. Cito estas palavras através de James Bowman, «Cowboys and curators», *Times Literary Supplement*, 10/05/1991, p.12.

35. *Manual de Historia de España. Primer grado*, Santander, Instituto de España, 1939, p.7.

36. Um manual como o de Peter Barry, *Beginning theory. An introduction to literary and cultural theory*, Manchester, Manchester University Press, 1995, permite ver a enumeração das diversas metodologias: pós-estruturalismo e desconstrução, pós-modernismo, crítica psicanalítica, crítica feminista, crítica gay/lesbiana, crítica marxista (!), novo historicismo e materialismo cultural, pós-colonialismo... O problema mais grave é que a extensão da análise ao ‘texto histórico’ nem sempre é feita com a competência necessária.

do, mas que devem ser intregados no que significa globalmente a viragem pós-moderna. A princípio, a reação pós-modernista na história nasceu, como noutros terrenos da arte (a rejeição da vanguarda) e do pensamento, de uma série de negações, começando, no caso da história, pela dos métodos dominantes nos anos sessenta, sobretudo pelos da chamada história social<sup>37</sup> - “se antes todos nós éramos historiadores sociais, dirá Patrick Joyce, agora todos passamos a ser historiadores culturais”<sup>38</sup>-, a tal ponto que, em alguns casos, há o risco de confundir o pós-modernismo com o mercado persa da *nouvelle histoire*<sup>39</sup>. Mas, nas formulações mais coerentes e ambiciosas os pós-modernos se apresentam como os defensores de uma mudança muito mais radical, que enlaça a rejeição da tradição ilustrada por parte de Adorno e Horkheimer. Para Keith Jenkins, “vivemos na condição geral da ‘pós-

37. Frank R. Ankersmit, “The origins of postmodernist historiography”, em Jerzy Topolski, ed., *Historiography between modernism and postmodernism*, Amsterdam, Rodopi, 1994, pp. 87-117 (partes deste mesmo texto figuram dentro do “Historism and postmodernism. A phenomenology of historic experience”, em F.R. Ankersmit *History and topology. The rise and fall of metaphor*, Berkeley, University of California Press, 1994, pp. 182-238).

38. Patrick Joyce, “The return of history: postmodernism and the politics of academic history in Britain”, *Past and Present*, 158 (02/1998), pp. 207-235 (citação da p.229). Joyce - que, neste mesmo artigo (p.231) duvida que a distinção política entre direita e esquerda conserve ainda algum sentido - havia contribuído para a destruição do velho paradigma com “The end of social history” (*Social history*, XX -1995- com réplica de Eley e Nield na mesma revista e ano e uma resposta de Joyce, também em *Social history*, XXI-1996).

39. Este é o caso de um dos representantes mais notável, F.R. Ankersmit, que na *History and topology*, reivindica como pós-modernas a microhistória e a história das mentalidades, mandada para a lata de lixo, como vimos, pelos jovens da pós-*nouvelle histoire*.

modernidade””, que “não é uma ‘ideologia’ ou uma postura que nos permita escolher aderir ou não”. A pós-modernidade é “nosso destino”. Um destino que nasceu do grande fracasso da “modernidade”, do fracasso da tentativa, que começou na Europa ilustrada do século XVIII, de conseguir elevados níveis de bem-estar pessoal e social “por meio da aplicação da razão, da ciência e da tecnologia”<sup>40</sup>.

Definir a “história pós-moderna”, contudo, não é fácil. As influências teóricas que reconhece, que são essencialmente francesas, não procedem em nenhum caso do campo da história: Lyotard, Baudrillard, Barthes, Foucault, Derrida, Deleuze, Ricoeur, de Certeau... E suas proposições costumam ser antes críticas à prática “moderna” da história que normas com as quais se possa organizar o trabalho. Um dos seus cultivadores nos diz, por exemplo: “O empirismo de base documental com seu sentido implícito de objetividade não é a única forma disponível para o estudo histórico”. Todos os historiadores constroem o passado como um objeto e sua construção é mediatizada por demandas ideológicas e se oferece na forma de uma narração, marcada ela mesma por suas regras. Isto não significa negar realidade ao passado, mas reconhecer “que há diversas realidades a imaginar ou que posso construir como existentes no passado. A história não é nem ficcional nem factual, é imaginativa e interpretativa”<sup>41</sup>.

Mas, a verdade é que as regras do pós-moder-

40. Keith Jenkins, On ‘What is history?’ From Carr and Elton to Rorty and White, Londres, Routledge, 1995, p.6 (retomado na introdução de Keith Jenkins, The postmodern history reader, Londres, Routledge, 1997, p. 3-4).

41. Este texto foi extraído da resenha de Alun Muslow sobre um livro de Iggers em *Rethinking history*, nº 2 (1997), pp. 199-200.

---

nismo parecem mais úteis para incitar-nos a ler os textos com mais precauções que estávamos habituados a fazer, a fim de obter deles conhecimento válido. Ver os acontecimentos sempre através do prisma das suas possíveis leituras pode ter uma sã função crítica, mas nos afasta excessivamente dos problemas dos homens e das mulheres, que deveriam ser o objetivo próprio de qualquer investigação. Sustentar que a Revolução francesa se reduz ao choque entre «práticas discursivas que competem», não esclarece muitas coisas, e dizer, como Patrick Joyce, que não é a classe que cria sua linguagem, mas a linguagem que produz a classe, e que esta nada mais é que um «produto discursivo», não parece ser a forma mais útil de abordarmos, não só a história, mas também os problemas atuais de alguns grupos sociais que, além de ser “construídos discursivamente”, apresentam características objetivamente verificáveis que os diferenciam, como a de ter níveis de vida muito distintos. Quando se lê o relato de como, em 1520, os habitantes de uma cidade castelhana, descontentes com a conduta dos seus representantes nas cortes, assaltaram as casas deles e as incendiaram, e se vê que isto é interpretado por um historiador como um “ato simbólico”, é impossível evitar de sentir-se submerso na perplexidade<sup>42</sup>.

Os efeitos do pós-modernismo nos *cultural studies* norte-americanos têm alguns aspectos positivos. Analisar os textos como produtos das ideologias que os utili-

42. As referências a este parágrafo são de G.S.Jones, *Languages of class*, 1983, de Patrick Joyce, *Visions of the people*, e de Pablo Sánchez León, *Absolutismo y comunidad*, Madrid, Siglo XXI, 1998, p. 205. Sobre isto ver Miles Taylor, «The linguistic turn in British Social History», em *Bolletino del diciannovesimo secolo*, (Napoles), 4 (1995), pp. 5-13



zam para determinadas práticas contribuiu certamente para a conservação de valores progressistas diante das exigências do «politicamente correcto» e do «multiculturalismo»<sup>43</sup>. Também parece claro que a influência do “pós-colonialismo”<sup>44</sup>, filho legítimo do pós-modernismo, ajudou na tomada de consciência de grupos como o dos historiadores índios dos *subaltern studies* no sentido de que o mundo não-europeu pode necessitar de uma história escrita com pautas distintas das da tradição acadêmica “ocidental”. Mas, quando há a adoção do princípio pós-moderno de que toda generalização é suspeita aparecem afirmações como a de que “o mito da universalidade é uma estratégia primária do poder colonial” - ao que Amartya Sen teve de replicar que há coisas como as liberdades democráticas que são úteis em qualquer parte do mundo, ou, dito de outro modo, que não é incorreto continuar pensando em termos de direitos ‘do homem’ - ou quando um autor chega a dizer que as matemáticas ocidentais são “a arma secreta do imperialismo cultural”, e nos propõe a adoção dos sistemas de contar dos primitivos, isto é, das etnomatemáticas, parece claro que é preciso abrir as janelas para que o vento da rua possa arejar as idéias<sup>45</sup>.

Ao historiador, concretamente, não parece que

43. Isto permite entender irritações como a de John M. Ellis em *Literature lost. Social agendas and the corruption of the humanities*, New Haven, Yale University Press, 1997, que, após denunciar a exigência do “politicamente correto” ou o multiculturalismo como práticas aristocratizantes e de “torre de marfim”, acaba dizendo que ‘as universidades não podem servir a dois amos: o conhecimento e as causas políticas e sociais’ (p.229), como se não fosse precisamente o que sempre fizeram.

44. Bill Ashcroft, Gareth Griffiths and Helen Tiffin, ed., *The post-colonial reader*, Oxford, Blackwell, 1995.

45. Russel Jacoby: «Marginal returns. The trouble with post-colonial theory», em *Linguafranca*, 5 (n<sup>a</sup> 6), sept/oct. 1995, pp. 30-37.

os princípios do pós-modernismo sejam mais que ferramentas críticas para corrigir erros de visão; por outro lado, não há neles pautas para a investigação do passado e a imensa maioria dos pós-modernistas tem como ponto de partida a idéia de que não há nenhuma possibilidade de se chegar a conhecê-lo. Aqui nos encontramos diante do mesmo problema que víamos na atual geração francesa da pós-*nouvelle-histoire*: muita teoria e pouca aplicação<sup>46</sup>. Resenhando *The postmodern history reader*, o útil volume de textos compilado por Keith Jenkins, Kevin Passmore reconhece que não está claro por que os pós-modernistas, “apesar da sua convicção de que é impossível escrever histórias válidas, não vacilam em escrever sobre o passado e a interpretá-lo”. A solução mais coerente para eles deveria ser não a de escrever sobre o que aconteceu no passado, mas sobre “como se construiu o passado”, à maneira de Patrick Joyce<sup>47</sup>.

Parece-me, no entanto, que existem formas de levar em conta boa parte dos problemas denuncia-

46. O autor de um manual, Mark Poster, *Cultural history and postmodernity. Disciplinary readings and challenges*, New York, Columbia University Press, 1997, é professor de história na Universidade da Califórnia, Irvine, mas as seis obras citadas no breve *curriculum* do livro são todas elas de teoria. E sua explicação dos cursos de conscientização teórica que dá em Irvine têm um tremendo ar livresco. Os problemas de sexualidade, nos diz, por exemplo, podem ser abordados “com uma perspectiva freudiana, foucaultiana ou feminista” - só?; e a perspectiva do trabalhador das docas, do trabalhador braçal “chicano”, etc.? -, o que cria dificuldades para o uso de diversas terminologias “que não têm nada a ver com as questões empíricas de quem disse ou quem fez, em que momento ou em que lugar, com a verificação dos documentos ou com o conflito entre os testemunhas” (p.158).

47. Em *Rethinking history*, 2, nº 2 (summer - 1998), pp. 279-283.

---

dos pelo pós-modernismo sem cair num relativismo extremo nem nos condenarmos à elocubração livresca praticada habitualmente pelos seus cultivadores e que tornaria inútil nosso trabalho para a sociedade que vive fora das classes universitárias, uma sociedade que tem problemas reais - não só de construção do discurso - e que podemos ajudar ensinando-a a entender criticamente o marco das relações sociais em que vive e a livrar-se de tópicos e de preconceitos.

A tarefa que me propus realizar hoje é, simplesmente, a de fazer um mapa do estado atual da disciplina nos últimos anos, que foi o que tentei fazer, de maneira muito esquemática, e não me parece que este seja o lugar para apontar soluções, nem teria tempo para isto. Mas, não queria terminar sem fazer uma só reflexão, ainda que elementar, sobre o sentido e a utilidade do nosso trabalho.

Não tenho muito apreço pelo tipo de ciência histórica escrita na linguagem da tribo acadêmica e para seu exclusivo consumo. Interessa-me muito mais, por outro lado, trabalhar com professores do ensino de segundo grau, que têm a difícil e inestimável função de ajudar rapazes e moças de camadas sociais médias e baixas - as que hoje recorrem ao ensino público - a tomar consciência das dimensões sociais do mundo em que vivem, e pelo que me consta o que é feito por estes é de um valor inestimável. Referi-me antes ao caso dos professores da Espanha dos anos da Segunda república, de 1931 a 1939, que foram fuzilados pelo franquismo. Foram assassinados por aqueles que haviam desencadeado uma guerra civil, com o pleno apoio do fascismo internacional, e estavam conscientes da importância que sua ação educadora podia ter para a transformação da sociedade. E os professores de história eram - são hoje também - aqueles que mais podem atuar neste terreno.

---

Falei sobre uma crise, a de 1989, que se centrou numa análise crítica dos movimentos revolucionários, o de 1789 e o de 1917: uma análise que serviu para que sobre as conclusões negativas acerca das revoluções do passado se assentasse uma doutrina que sustentava que toda tentativa de intervir na evolução social era vã, porque acabava conduzindo ao desastre; que vivíamos no melhor dos mundos possíveis e que não havia por que tentar transformá-lo: a história tinha chegado ao seu fim e era lógico que os historiadores tivessem deixado de ter alguma utilidade e que se dedicassem a contar contos ou a discutir entre si sutilezas teóricas irrelevantes.

Mas, se em 1989 foi celebrado o segundo centenário da Revolução francesa, me parece que em janeiro do ano que vem, 1999, deveríamos comemorar o aniversário dos cinquenta anos de um acontecimento crucial do nosso tempo: o discurso sobre o estado da união do presidente norte-americano Truman em cujo quarto ponto se formulou a interpretação do mundo como um conjunto de países em graus distintos de desenvolvimento cuja sorte podia ir-se igualando com as políticas adequadas. Ao cabo de cinquenta anos está claro que o “desenvolvimentismo” foi um engano sangrento. A desigualdade é maior agora do que em 1949 e se agravou ainda mais desde que, com o fim da guerra fria, chegamos ao tempo feliz do fim da história.

Estamos falando de mudança e evolução no transcurso de cinquenta anos, estamos falando de história, e que ninguém me diga que tudo isto deve ser analisado como discurso e que a realidade que há por trás dela é inapreensível, porque aquilo de que se trata é que há, segundo as últimas cifras publicadas pelo Banco Mundial, que são as correspondentes a 1995, países em que os homens e as mulheres têm

---

uma esperança de vida de somente 38 anos, como na Guiné Bissau (enquanto em outros têm 80), que há países com taxas de analfabetismo dos adultos de 86%, como a Nigéria, e países, como Zâmbia, onde mais de 80% da população está abaixo do limite de pobreza (o que quer dizer que ganha menos de um dólar por dia em termos de equivalência aquisitiva).

Mas, a questão que mais nos importa como historiadores, não é que ainda haja desigualdade, mas que esta continue aumentando. E, o que é muito pior, o desenvolvimento se converteu em involução, em retrocesso: isto é, não só os ricos são cada dia mais ricos, mas também os pobres são cada dia mais pobres, inclusive em termos absolutos. Novamente de acordo com as últimas cifras publicadas pelo Banco Mundial, em 47 dos 133 países que oferecem dados o PNB *per capita* caiu entre 1985 e 1995. Entre eles figuram em lugar de grande destaque, como era de se esperar, os da África subsaariana, como Ruanda, Angola ou Camarões, mas também Nicarágua, Peru e Brasil. Não é que o Brasil tenha tido as espetaculares taxas negativas de alguns países; a de vocês, para a década de 1985-1995, foi modesta, -0,8%, ou seja, oito em mil. Comparativamente se nota mais: vocês tinham em 1987 um produto por habitante que, estimado em termos de paridade aquisitiva, era um pouco mais de 24% da dos cidadãos dos Estados Unidos, enquanto em 1995 esta cifra foi reduzida a 20%; vocês passaram de 1/4 a 1/5 <sup>48</sup>.

Um dos grandes desafios que temos como historiadores é o de voltar a metermo-nos nos proble-

48. World Bank, *World development report 1997: The state in a changing world*, New York, Oxford University Press, 1997, pp. 214-215.

---

mas do nosso tempo, como fizeram no passado aqueles nossos antecessores que ajudaram melhorar as coisas com seu trabalho. Se os historiadores franceses do primeiro terço do século XX estudavam a Revolução de 1789 era porque queriam contribuir para fixar os fundamentos das liberdades democráticas contra as forças que as ameaçavam - e não foi por acaso que, em 1940, os que defendiam uma interpretação progressista da revolução aderiram à Resistência, e os que a combatiam no terreno da história colaboraram com os alemães. Se os historiadores marxistas britânicos do pós-guerra se dedicaram a analisar em profundidade a Revolução industrial foi porque queriam entender os fundamentos do capitalismo para atenuar seus males. A nós, me parece, cumpre enfrentar o grande desafio de estudar os mecanismos que produzem a pobreza e a fome, mecanismos estes que não apareceram ontem, nem em 1949, mas que vêm de muito mais longe. São mecanismos que atuam no mundo - que servem para entender o que aconteceu na Somália ou no Paraguai - mas que, por isso mesmo, servem também para explicar o que está acontecendo ao nosso lado (para mim, em Barcelona; para vocês, em São Paulo).

Não estou dizendo que devemos voltar a trabalhar como os nossos predecessores: que devemos voltar à história econômica e social de Labrousse ou à história social e cultural de Thompson, embora numa e noutra continua havendo muita coisa que tem plena validade. Se os teóricos do pós-modernismo nos ensinaram que nosso instrumental tem falhas, será bom que o revisemos antes de dar continuidade à tarefa. Mas nem os métodos nem a teoria são o objetivo final do nosso trabalho, são apenas ferramentas para tratar de entender melhor o mundo em que vi-

---

vemos e ajudar os outros a entendê-lo, a fim de contribuir para melhorá-lo, o que faz falta. Porque, como disse Tom Payne há mais de duzentos anos, e essas são palavras que cada um de nós deveria gravar na sua consciência: ‘Está em nossas mãos recomeçar o mundo outra vez’.

*Agosto de 1998.*





---

## **SOBRE O LIVRO**

---

*Formato: 11 x 21,6 cm*

*Mancha: 19 x 42,5 paicas*

*Tipologia: Times 11 / AvanGarde 16*

## **EQUIPE DE REALIZAÇÃO**

---

*Assistente de Produção Gráfica  
Luzia Bianchi*

*Revisão  
José Romão*

*Criação da capa:  
Renato Valderramas*

*Projeto Gráfico  
Cássia Leticia Carrara Domiciano*

*Diagramação  
Carlos Fendel*